

O Desenvolvimento Nacional e a *Segurança* do Estado: Um Exemplo Estratégico Omitido pela Política Nacional no Passado*

Manuel Serafim Pinto**

Resumo

Este artigo fundamenta-se num livro pouco conhecido que pretendeu transmitir algumas das propostas de desenvolvimento a partir de recursos naturais em Angola, fáceis de explorar, com uma articulação aos interesses da metrópole. Escrito imediatamente antes da Segunda Guerra Mundial, apresenta-se com uma antevisão sobre a própria guerra e a reconversão do equipamento militar que poderia ter uma repercussão na economia em geral. Porém, a visão política do Estado Novo sobre a estratégica para o desenvolvimento das colónias foi uma matéria omitida dos seus grandes planos.

Palavras-chave: Varella Soares, Angola, Estado Novo e desenvolvimento

* O autor agradece ao Arquivo Geral do Exército as informações prestadas e o especial empenho do Senhor Major Marcelo H. Teves Borges.

** Professor Catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

150 *Abstract*

This article is based on a book, usually unknown, that he intended to transmit some of the development proposals from natural resources in Angola, easy to operate, with a interests for the metropolis of the empire. Written immediately before de World War II, presents itself with a preview on the beginning of the war and the conversion of military equipment that could have an impact on the wider economy. However, the Portuguese vision of the Estado Novo policy on the development strategic of the colonies was a matter omitted their big plans.

Keywords: Varella Soares, Angola, Estado Novo and development

*Em Berlim estão reunidos os três maiores.
A Alemanha continua a ser,
depois da derrota, o grande mal do mundo (...).
Domá-los e transformá-los na paz será bem mais difícil
do que foi vencê-los e derrotá-los inteiramente na guerra*
Norton de Mattos (1945)¹

O presente artigo tem a preocupação de, através de um facto do passado, trazer para o meio académico a validade da aprendizagem a partir de erros outrora cometidos. A realidade política, económica e social, assim como os respectivos termos contextuais, são sempre, obviamente, diferentes, mas podem ter utilidade na perspetivação de estratégias do futuro. Tem-se por interesse, tão só, a necessidade de criar incentivo à reflexão académica sobre a matéria de *segurança*, a qual, sendo adstrita à vida humana, acaba por sofrer uma certa desvalorização na vida quotidiana que está, normalmente, dispersa pela necessidade da *segurança* ter várias adjectivações.

Um trabalho desta natureza tem, por outro lado, a necessidade de dar vida a obras que estão omitidas – quer pela sua especificidade, quer pela dificuldade na sua divulgação, quer ainda pela distância temporal a que se encontram situadas, levando a que, muitas vezes, sejam entendidas como desnecessárias. Contudo, tais obras constituem-se como indicadores que, mesmo deléveis, fazem parte das várias parcialidades da verdade, da história, dando conta das diferentes suscitações e orientações políticas de natureza nacional. No fundo, pretendeu-se seguir a recomendação de Howard Becker (2002: 27), quando diz: «estou surpreendido com a quantidade de bons trabalhos do passado que hoje estão no esquecimento, não porque eles não tenham valor, mas porque os estudantes nunca deles ouviram falar, porque jamais alguém lhes chamou a atenção para eles». A motivação para a investigação e escrita deste artigo deveu-se à leitura *Da Paz Para a Guerra*,

1. Torgal & Silva (1996: 135).

152 *Alguns Subsídios Para o Estudo da Mobilização Económico-Militar*, de Vicente Henrique Varella Soares, Coronel da Arma da Administração Militar, publicado em Luanda pela Imprensa Nacional, em 1939. É um livro que sugere o afastamento da contemporaneidade da época pela visão estratégica apostada na forte probabilidade de se iniciar uma nova guerra, incentivando a uma leitura multidisciplinar (política, estratégica, sociológica, histórica, económica...).

Neste contexto, deve-se acentuar que constitui mais um elemento para o entendimento do atraso das colónias portuguesas, tendo em atenção a falta de visão do governo central e a carência de meios para o estabelecimento das possíveis estratégias objectivadas no desenvolvimento humano, quer nas colónias quer da própria *metrópole*.

Apresenta este tema grande interesse e o texto constitui-se como um projecto logístico para o desenvolvimento económico, marcando a necessidade da existência de projectos de desenvolvimento integrado no território nacional (no caso contando com os territórios coloniais, com particular incidência em Angola). Da inexistência da aplicação das ideias que deram forma ao livro, no final da década de 1930, resultou um território carente de indústria e de ligações rodoviárias que só foram abertas ou renovadas a partir dos primeiros ataques perpetrados pelos movimentos de libertação.

1. Questões Metodológicas e o Cumprimento Deontológico

Para se dar início a um trabalho de investigação ou a um processo de investigação, a epistemologia apresenta-se como área científica fundamental. Entendida como a prática da vigilância das operações conceptuais e metodológicas, a primeira coisa a ter de se estruturar, para além dos conceitos fundamentais, centra-se na metodologia de trabalho. A metodologia, por sua vez, incluindo o método e as técnicas utilizadas, orienta o trabalho em conformidade com esse método escolhido de acordo com a pertinência e a coerência.

Porém, seguindo a pertinência e a coerência operativas, esta escolha obrigou a alterar o método inicialmente pensado, o *método biográfico*, entendendo-se que seria o mais adequado porque «permite reconhecer um valor (...) no saber individual» (Digneffe *et al.*, 2005: 210), no caso de um autor que, através da investigação efectuada, se descobriu ser militar e que produziu um dos livros mais interessantes sobre uma

matéria que ainda não está suficientemente estudada. Na análise de conteúdo realizada, depois da leitura do livro, encontraram-se elementos que poderão ser, futuramente, importantes para o entendimento sobre «Salazar, um político avisado» (Pinto, 2010: 427-479), mas que, afinal, não deveria ter conhecimento de todos os trabalhos e estudos ou dos seus pareceres, sobretudo os de autores militares que, na época, eram os detentores de maior conhecimento sobre os territórios africanos. E, supondo-se que teria esse conhecimento, a sua atitude política estava apostada, sem dúvida, na intencionalidade de não querer o desenvolvimento económico das colónias.

Embora este pequeno ensaio contenha uma investigação temporalmente alargada, tem limitações em termos de dimensão textual. As maiores dificuldades emergiram, por um lado, por nunca se poder ter a pretensão de dar conta de uma matéria tão vasta como a articulação de interesses entre a Metrópole e o Ultramar português; e, por outro, pela vertente metodológica, face à falta de documentação sobre o autor. Neste sentido, o primeiro objectivo centrou-se em saber quem era o autor, porque, contendo uma matéria, a nosso ver, tão atraentemente curiosa, deveria encontrar-se o nome nas enciclopédias portuguesas ou em livros directamente ligados ao Estado Novo e ao Ultramar. Todavia, das muitas consultas efectuadas, nada constava. As propostas que o autor produziu levavam a que se pudesse considerar um homem com uma grande experiência administrativa e, com alguma *lógica colonial*, de uma idade que no senso comum se pode entender por *amadurecida*, não se percebendo porque não constava nas várias publicações consultadas. O segundo objectivo, para solucionar o primeiro, foi tentar encontrar a data do seu nascimento. Deveria ter nascido durante a Monarquia, tendo prestado serviço militar nesse regime e desempenhado um papel activo durante o Estado Novo, como se infere pela data da publicação efectuada pela Imprensa Nacional, em Luanda. Mas este elemento teria pouco significado porque a função deste militar, para todos os efeitos, como nesta matéria se referem outros militares, estava dependente do contrato feito com a Pátria e não com a monarquia. Numa perspetiva contextual, levanta-se outra questão que se prende com a localização temporal da sua acção, levando a supor que não deveria estar incluído no grupo que marcou o *período da despolitização militar*, entre 1935-1941 (Faria, 2000). E, por último, levantava-se ainda outra questão, que não está resolvida neste texto. Como conseguiu

154 publicar uma matéria tão sensível que contrariava a perspectiva centralizadora do governo de Salazar relativamente à industrialização de Angola e de todo o Ultramar? Talvez que o curto tempo do regime do Estado Novo, nesta altura com seis anos, visse o trabalho de Varella Soares como uma mais-valia para o futuro do Império.

Na falta de documentação escrita, mas identificado como Coronel da Arma de Administração Militar, o caminho mais fácil seria a consulta nos arquivos militares. Sabendo-se que os processos individuais estavam, pela sua particularidade e idade, no Arquivo Geral do Exército (AGE), a investigação teria que ser feita a partir daí. Porém, levantou-se um problema: é que o Coronel Varella Soares ainda não tinha o *processo individual* em consulta pública; ou seja, ainda não havia passado o período de cinquenta anos sobre a sua morte e, por isso, para se fazer uma leitura sobre o seu percurso, era necessária a autorização da família. Em contacto com o AGE, em que se destaca, pela sua prontidão e disponibilidade, o Major Marcelo Borges, depois de ter feito a respectiva identificação pessoal, no cumprimento da legislação em vigor e no respeito pela família do Coronel Varella Soares, foi-nos dada a possibilidade de contactar a viúva (talvez ainda viva). Levantava-se, agora, outro problema, semelhante à comumente designação popular de *agulha em palheiro*. O primeiro momento de aparente felicidade deu-se ao encontrar um nome parecido na lista telefónica, actualmente cada vez mais em desuso; mas nunca se conseguiu que esse telefone fosse atendido. Verificada esta situação, depois de explicar no AGE o *objecto de estudo* do trabalho – «uma visão estratégica omitida, centrada numa proposta de industrialização e de alteração dos uniformes, de que resultava um desenvolvimento económico para o Estado» –, solicitou-se que fosse indicada, unicamente, a data do nascimento do Coronel Varella Soares. E foi tudo o que se conseguiu, no estrito cumprimento da lei. Cumpriu-se, assim, a legislação em vigor e a deontologia determinada, no caso pela Associação Portuguesa de Sociologia, caindo o *método biográfico* por terra.

A partir desta altura, em termos metodológicos, restou a pesquisa bibliográfica, ficando de fora as enciclopédias consultadas e o *processo individual* do Coronel Varella Soares. Contudo, a identificação da data de nascimento deste autor permitiu situá-lo numa época conturbada que iria acompanhá-lo até ao fim da sua vida. Para isso, foi necessário a construção diacrónica com a leitura de uma bibliografia centrada na

história política e económica e de livros que, pela sua especificidade, tivessem marcado os momentos mais significativos da época, tendo sempre em atenção os objectivos do livro do Coronel Vicente Varella Soares.

2. Um Livro e um Projecto

Da Paz Para a Guerra. Alguns Subsídios Para o Estudo da Mobilização Económico-Militar foi impresso «no dia 27 de Maio de 1939 – Ano XIV da Revolução – nas Oficinas da Imprensa Nacional de Angola» numa conjuntura internacional e nacional muito delicadas. As datas da impressão são inscritas pelas gráficas, não pelos autores, e acontece darem azo a faltas de exactidão, como é o caso.

A referência ao «Ano XIV da Revolução» faz sentido tendo em atenção o «Golpe de 28 de Maio de 1926» (Madureira, 1978: 103) ou *Movimento de 28 de Maio*, quando o livro foi impresso em 1939. Na verdade, contando-se o ano de 1928 como o primeiro, 1939 surge como o décimo quarto. O termo *revolução*, que poderia indiciar a Revolução Republicana de 1910, está fora desta delimitação temporal. De resto, o autor refere-se ao «movimento salvador» de 1926, que «libertou o país da descida perigosa e velocíssima para o abismo», não deixando alguma dúvida sobre a sua opção política naquela altura. Mais à frente diz que «todos nós, os que a este ofício da tropa nos dedicamos, sabíamos qual a posição portuguesa na emergência de conflitos futuros» (Soares, 1939: XVI). E é com o sentido de dar um contributo estratégico para a salvaguarda dos interesses nacionais, com particular incidência nos territórios ultramarinos e, com especificidade, em Angola, que o autor escreveu o livro.

Portugal encontrava-se numa encruzilhada política difícil: no plano externo, a Guerra Civil de Espanha terminara a 1 de Abril e a 1 de Setembro tinha início a Segunda Guerra Mundial, com a Alemanha a Lançar a *Operação Fall Weiss* (a invasão da Polónia). No plano interno, Portugal encontrava-se condicionado pelos fracos recursos financeiros e pelos novos perigos advindos da situação política europeia. Neste passado recente, a maior preocupação encontrava-se na «defesa da independência nacional face ao *perigo espanhol*», que na primeira fase da Segunda Guerra Mundial não desapareceu através da «propaganda anexionista da Falange» (Rosas, 1994: 296), se bem que a «17 de

156 Março de 1939, Oliveira Salazar e Nicolau Franco² [tivessem assinado] o *Tratado de Amizade e Não-Agressão* entre Portugal e Espanha [...] [um texto de curto preâmbulo com seis artigos que] causou impressão na Europa, e mesmo no mundo» (Nogueira, 1986: 193). No presente contexto internacional, a atenção voltava-se para a continuidade da «defesa do *património colonial* no contexto dos debates entre as grandes potências sobre a redivisão das colónias africanas» (Rosas, 1994: 296) e para a consolidação do regime corporativo. De resto, os anos de 1938-1939 ficaram marcados pelas visitas do Presidente Óscar Fragoso Carmona aos territórios insulares e ultramarinos³, sendo, curiosamente, os anos mais significativos na divulgação das colónias através da filatelia nacional, onde a «simbologia que continha servia os *interesses* do Estado, através da divulgação internacional» (Pinto, 2010: 332). Uma divulgação que pretendia sustentar-se em *alicerces de política interna*, através da criação de uma *ideologia civilizacional* para a qual havia sido estabelecida a pretendida legitimidade dada pelo «Acto Colonial e pela nova Constituição da República Portuguesa [que] tornaram mais portuguesas as Colónias de Portugal (...)». É isso que, novamente, o venerando Chefe do Estado, acompanhado do ilustre Ministro das Colónias, com abnegação, vai demonstrar aos portugueses e ao Mundo inteiro. Porque – não tenhamos dúvidas – as viagens do Presidente da República Portuguesa às terras portuguesas de além-mar são daqueles actos que se projectam no mapa político do Mundo» (OMP, 1939: 211; 213).

O interesse na divulgação da viagem do Presidente Carmona às colónias portuguesas apareceu em selo datado de 1939, onde está representado o mapa de África e a rota marítima entre Lisboa, Cabo Verde e Moçambique. A figuração filatélica fora entendida como um meio fácil de propaganda política centrada nas colónias porque, para além de constituir, obrigatoriamente, a forma de pagamento do porte da correspondência que passava fronteiras, também iria fazer parte dos catálogos dos coleccionistas nacionais e estrangeiros. Em 1953, a exemplo, o *Catalogue de Timbres-Poste III, Afrique, Amérique, Asie-Océanie*, publicado em Amiens pela Yvert & Tellier e em Paris pela

2. Irmão do ditador Francisco Franco.

3. Carmona visitara, em 1934, a Madeira, São Tomé e Príncipe e Angola. Em 1939, realizou uma nova viagem oficial ao Ultramar, aportando Cabo Verde, São Tomé e Moçambique, donde se deslocou em visita formal à África do Sul.

Théodore Champion, contém, na página 165, a representação do selo com o título «*Com. du voyage du Président Carmona à la colonie. Carte de l'Afrique et itinéraire du voyage*», com um dos três valores e as respectivas cores.

O interesse político na construção de uma identidade nacional, legitimada pela Constituição da República de 1933, *ideologizada* e propagandeada pela União Nacional, recuperava a história do passado – da construção do Império Português –, transformando factos em mitos, e enaltecia o presente – o *Mundo Lusíada* (SPN, 1942: 35). O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), fundado em 1933, dirigido por António Ferro, tinha essa missão, para além de criar «uma espécie de protótipo de estadista com autoridade política, desprendido das fraquezas e dos prazeres mundanos» (Leal, 1994: 53) que acompanhou o mito de Salazar até ao fim.

Relativamente à propaganda sobre o regime, Salazar, desde 1935 e através do SPN, convidou vários «turistas ideológicos» (Medina, 1977: 32) a visitar Portugal. Em termos testemunhais é uma editora francesa que, em 1936, negoceia a publicação de um livro sobre «as opções políticas e a acção governativa do Estado Novo [para que] constituísse o *cartão de visita* do pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris, a realizar entre Maio e Novembro de 1937» (cf. Salazar, 2007: 9-10). Esta exposição, denominada das *Artes e Técnicas de Paris*, seria a de maior importância internacional depois da *Exposição Colonial* de 1931, realizada também em Paris. «O pavilhão de Portugal, por força do interesse (positivo ou negativo) despertado na Europa pelo novo regime, estava destinado a receber grande número de visitantes. Salazar sabia-o; e, ao longo do ano que antecedeu a abertura da Exposição Internacional, acompanhou pessoalmente os trabalhos preparatórios a cargo do Secretariado da Propaganda Nacional» (cf. Salazar, 2007: 11). Neste livro, intitulado *Comment on Relève un État*, o estadista afirmou que o «conceito de nação, [como um] agregado social diferenciado, independente e soberano, estatuinto como entende sobre a divisão e a organização do seu território, sem distinção de situação geográfica, que nós consideramos, administramos e dirigimos as colónias portuguesas. Angola, Moçambique ou a Índia estão sob a autoridade única do Estado, exactamente como o Minho ou a Beira» (Salazar, 2007: 95).

A ideia que o Presidente do Conselho de Ministros português queria fazer passar, de forma sintética mas forte, sobre a administração das

158 colónias portuguesas era a da *unidade nacional* com iguais oportunidades para todos. Esta ideia foi transmitida dizendo que «nem na Metrópole nem em qualquer das nossas colónias nos encontramos fechados ou agressivos perante o capital, o trabalho e as iniciativas alheias. Mais abertamente do que muitas outras nações, aceitamos e acolhemos com simpatia a colaboração estrangeira; em todo o Império, milhares de estrangeiros e muitos milhões em capital estrangeiro trabalham, prosperam, beneficiam da generosidade das nossas leis e da nossa autoridade. Mas os elementos que chegam ao território nacional para servirem os seus próprios interesses devem ser incluídos na obra comum, no interesse português, como factores não de economia estrangeira mas da nossa própria economia. O nosso respeito pela nacionalidade das pessoas e pelo produto do seu trabalho não pode ser entendido como limitação da soberania do Estado Português: aquilo a que nos atemos é a definir nós mesmos o interesse comum e a determinar as posições a assumir para a realização perfeita dos nossos fins» (Salazar, 2007: 95-96). Deste modo, o estadista delimitava a acção do investimento estrangeiro, evitando as intenções que se haviam verificado na aviação de transporte aéreo entre 1930 e 1934 (Pinto, 2010: 276-281). Esta situação já acontecera na cidade do Huambo, tornada pública por Norton de Mattos, relativamente ao lugar de *Pauling Town*, que a acção política de Vicente Ferreira mudou para a designação de Nova Lisboa. Sendo um «político avisado», Salazar era, como referiu Iva Delgado, «caracteristicamente manhoso» (Pinto, 2010: 429), com um discurso assente na legitimidade que lhe era concedida pela Constituição de 1933, colocando-se, diplomaticamente, numa posição política distanciada e com uma *segurança* que salvaguardava os futuros interesses nacionais.

Porém, em 1939, a realidade política, social e económica em Angola é bem diferente da que se queria fazer passar em 1937. Continuava a existir uma falta acentuada de população e de incentivo ao trabalho da população autóctone. Norton de Mattos afirmava nessa altura que, em termos do relevo internacional na matéria africana, «venho esbarrar com o trabalho indígena e reconhecer que o aumento do salário dos trabalhadores africanos (...) seria a maneira de acabar com muita co- biça, com a corrida desenfreada e violenta em cata do que se chamam matérias primas coloniais, e dar um grande passo para a terminação definitiva de constantes ameaças a rastejarem em torno de nós» (Mattos, 1944c: 131). Significa, portanto, que a salvaguarda dos interesses dos

trabalhadores africanos seria, por um lado, uma matéria contributiva para a *segurança* dos territórios coloniais e, por outro, obviamente para a *segurança* da Nação e, conseqüentemente, para a *segurança* do Estado português, entendidos segundo a Constituição de 1933.

Outra medida importante para Norton de Mattos, ainda nesta época, passava por «aumentar a população preta e branca dos territórios do Ultramar, torná-la sadia e forte é a primeira coisa a fazer. Aumentar a produção, fixar a riqueza naquelas paragens. Para tanto é indispensável não cortar as asas a ninguém, preto ou branco. Quando muito, nalguns casos, ensinar a voar (...)» (Mattos, 1944c: 131). Armino Monteiro, Ministro das Colónias de 1931 a 1935, contrariando a ideia da indispensabilidade de colonos que era grata à ideologia do Estado Novo, assinalou a vantagem de serem enviados agricultores no sentido de, como «colonos-técnicos» (Monteiro, 1933a: 106), ensinar os autóctones a aumentar a produção agrícola e o respectivo nível de vida. Sobre a colonização portuguesa, afirmou este ministro, em 1933, na reunião inaugural do *Congresso do Instituto Colonial Internacional*, que sendo Portugal «um país de pequena demografia obteve resultados que não sei se outros terão atingido, apesar das massas da sua gente. Atribui-se a Bismarck, com ou sem verdade, a afirmação que Portugal é um país com colónias e sem colonos. Os números desmentem categoricamente esta opinião – que foi posta a correr Mundo e deu origem a muitas e injustas apreciações sobre a actividade colonial do meu País. Portugal é no Mundo um dos países que mais colonos têm» (Monteiro, 1933b: 13). É um discurso evidentemente político, enaltecendo de uma colonização feita por poucos colonos, alguns dos quais Norton de Mattos repudiava.

É neste contexto que Vicente Henrique Varella Soares escreveu o seu livro. Na altura seria tenente do Exército, da Administração Militar, feitas as contas a partir da data do nascimento e do tempo necessário ao estudo e às promoções. E os conhecimentos adquiridos na Escola Militar foram-lhe certamente de grande utilidade para a clareza e sistematização do seu trabalho.

3. O Autor e Algumas Razões Para a Prevenção

A saída a público do *projecto* de Vicente Varella Soares, assim se entende o livro *Da Paz para a Guerra*, alerta para duas matérias distintas

mas complementares tendo em atenção a possível guerra mundial. Em primeiro lugar, para a necessidade de uma preparação logística entre as necessidades do Estado e os interesses da estrutura produtiva, especificamente no que diz respeito a Angola e à *metrópole*. E, em segundo lugar, para a criação de infra-estruturas estratégicas, sendo exemplo curioso o da possibilidade de alteração da uniformização do exército, no plano geral de fardamentos, quer na metrópole quer em Angola.

A clareza da escrita demonstra a sistematização do pensamento. A preparação da Escola Militar foi-lhe importante, certamente, mas levanta-se a dúvida de se poder incluir este autor no grupo de jovens militares que se distanciaram do regime de *ditadura civil* em substituição da *ditadura militar*. Uma estratégia política que se sustentou na ultrapassagem da crise económica internacional de 1929, porque «até 1930, o equilíbrio orçamental e financeiro permitiu a Salazar conquistar o apoio da direita militar e civil para afastar progressivamente o republicanismo militar e conservador» (Faria, 2000: 29). Fica a dúvida de ter escrito, em 1935, o livro *A Guerra na Retaguarda* e o artigo «Um homem, um chefe» (Soares, 1935) enaltecendo o ditador, de ter proferido as conferências «O Trabalho Nacional na Ordem Corporativa» e «O Espírito da Revolução», ambas em Luanda no ano de 1938. Acresce ainda o facto de ter sido nomeado professor liceal em 1939, na cidade de Luanda. Porém, outros militares que apreciaram inicialmente o trabalho de Oliveira Salazar afastar-se-iam dele, alguns bem conhecidos por terem publicado as suas opiniões sobre o Presidente do Conselho⁴. Contudo, nesta época, no meio civil, surgiram outras publicações de exaltação do regime, destacando-se precisamente, em 1939, a de Artur Ribeiro Lopes⁵, publicada em Paris com o título *Histoire de la République Portugaise*⁶. Esta história «constitui uma interpretação intelectual da nossa História e que ainda não foi publicada na nossa língua, apesar das solicitações nesse sentido feitas ao autor por editoras portuguesas» (GEPB, 1960: 625). Esta versão, que a *Grande Encyclopédia*

4. Destacando-se, entre alguns militares, Humberto Delgado (1933) e David Rodrigues Neto (1933).

5. Artur Ribeiro Lopes exercia, nesta época, funções jurídicas na Companhia do Porto da Beira. Foi defensor do corporativismo.

6. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontra-se o documento «Ofício Informando sobre o paradeiro do Dr Artur Ribeiro Lopes e a tradução da obra *Histoire de la République Portugaise*, do Chefe de Serviços do Secretariado da Propaganda Nacional para o Chefe do Gabinete da Presidência do Conselho».

Portuguesa e Brasileira considerou importante, acerca-se da ideia de Varella Soares sobre o valor de Salazar e do respectivo regime. Com o mesmo sentido, encontra-se, no final do livro de Ribeiro Lopes, a valorização da «ditadura de Salazar, [que] graças ao valor pessoal do ditador, em vez de terminar numa revolução ou no crime, evolui para a criação dum regime novo» (Lopes, 1939: 231). Face à coincidente data de publicação, este trecho deixa perceber o agrado de uma parte significativa dos militares relativamente ao regime político vigente. De facto, «os surtos conspirativos vão sendo vencidos mas não desarmados totalmente, refazendo-se através de novas acções golpistas entre a pequena e média oficialidade em 1939 e 1940, mas de expressão limitadíssima» (Faria, 2000: 209), comparativamente à instabilidade verificada anteriormente.

Em termos internacionais, a situação política fora sempre delicada, tendo Artur Ribeiro Lopes publicado, já em 1933, um trabalho de reflexão denominado *A Convenção Secreta Entre a Alemanha e a Inglaterra Sobre a Partilha das Colónias Portuguesas*, «problema que considerou provocado pela péssima administração financeira do País» (GEPB, 1960: 624). Na verdade, esta situação dera ocasião a que se tivessem fixado em território colonial português «companhias majestáticas (de Moçambique, do Niassa, da Zambézia⁷), constituídas à sombra da soberania portuguesa, destinadas a explorar os territórios coloniais portugueses, dotadas de verdadeiros poderes soberanos (cunhar moeda, lançar impostos, fazer justiça), mas cujos capitais eram maioritariamente estrangeiros. A cajadada abatia dois coelhos: ocupava efectivamente territórios sujeitos a disputas e interessava nessa ocupação aqueles mesmos capitais estrangeiros que, doutra forma, exigiriam o fim do colonialismo português. A história, também aqui, repetiu-se. A indústria, então quase inexistente, estava longe de ser a principal fonte de atracção de capitais estrangeiros» (Matos, 1973: 87).

Atestando a competência intelectual e pedagógica de Vicente Henrique Varella Soares foi a sua nomeação como professor em Angola, o que permitiu um complemento remunerativo que aumentava o parco soldo militar. «Uma portaria com a data de 24 de Junho de 1939 autorizou que fossem assinados contratos com alguns indivíduos dos

7. As «companhias majestáticas» de Moçambique, do Niassa e da Zambézia fizeram os primeiros selos de correio aéreo (Pinto, 2010).

162 dois sexos para ocuparem lugares de responsabilidade na administração e no ensino liceal. Para isso, foram delegados poderes no director dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, Carlos Augusto Marques, conferindo-lhe competência legal para assinar aqueles documentos. Referiam-se, concretamente, aos cidadãos: (...) – Vicente Henrique Varela Soares, para professor de Organização Política e Administrativa da Nação, no Liceu Salvador Correia; (...)» (Santos, 1998).

Começa Varela Soares por tecer uma «*ante-visão*» sobre a pertinência da matéria que irá tratar, que é o título da primeira parte do livro. Curiosamente está numerada como se fosse uma introdução. Porém, o conteúdo vai para além do que está escrito no livro, porque apresenta uma síntese justificativa sobre a emergência da guerra no mundo. Lembra, com outras *dimensões*, algumas das razões estruturais que se encontram em *A Condição Humana* de Norbert Elias (1991) e *A Condição Humana* de Hannah Arendt (2007). E, como que pressagiando nesta *ante-visão* a eclosão da guerra, antecipou algumas medidas para esse perigo, referindo que «a preparação para a luta, viera de há muito; havia sido obra de gerações silenciosas prevendo em seu estudo os mais íntimos pormenores. E por isso, os que na paz e bondade formaram os povos, não os encaminhando no sentido mesquinho da cobiça, viram a morte próxima, e inutilmente se exauriram numa defesa que os aniquilou» (Soares, 1939: XV). O que, aliás, na investigação militar, já fora explicado por Sebastião Telles (1887: 374), quando afirmou que «uma sociedade incapaz de se defender seria bem depressa destruída pelos vizinhos, com um pretexto qualquer, ou mesmo sem pretexto». A *segurança* da sociedade encontra-se, portanto, na implementação da *defesa*. De resto, Sebastião Telles, na *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, no encontro entre a «influência da ciência positiva da guerra sobre a sociologia e a história geral» (Telles, 1887: 357-380), afirmou que o «predomínio entre o estado militar e o industrial, não está em harmonia com a realidade dos factos. A história prova uma diminuição no estado de guerra, mas não no estado militar, e não se deve confundir um com o outro, muito embora bastantes vezes estejam de acordo» (Telles, 1887: 372). É de realçar que, para a existência do *estado industrial*, seguindo o termo da *teoria positivista* deste autor, torna-se indispensável a existência de matérias-primas que alimentem a indústria e criem o *progresso*, como era entendido o *desenvolvimento* à época. A aquisição dessas matérias-primas fazia

parte dos interesses internacionais que, de acordo com o conceito de *progresso* oriundo de um passado distante, colocavam em causa os interesses nacionais. Torna-se interessante verificar que as *medidas de preparação* para a *prevenção* nesse jogo político estiveram sempre presentes na *vida castrense*. Como era o caso das recomendações, feitas em vários relatórios, para a integração dos autóctones nas tropas coloniais, que já era preocupação do passado. «A agitação política em que temos vivido e a nossa habitual falta de previsão não nos tem deixado ver claramente como estão ameaçados os nossos interesses em África, ou, se o tem, não parece que o facto nos traga seriamente preocupados» (Aragão, 1926: 31). De resto, já em 1912 Norton de Mattos havia criticado as orientações políticas em matéria administrativa que na Conferência de Paz⁸, em 1919, tiveram de ser levadas a conhecimento e à aceitação para a continuidade da manutenção dos territórios coloniais, no cumprimento das determinações emanadas pela Conferência de Berlim⁹; matéria que era contrária à perspectiva político-administrativa de Norton de Mattos. Assim, das transcrições das matérias discutidas e levadas à Conferência da Paz, inseridas no terceiro volume das *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, ressalta: «Pretende o Governo da Colónia fixar, de uma vez, um plano de ocupação do território e executá-lo, ainda que lentamente, mas

8. A Conferência de Paz teve início a 18 de Janeiro de 1919, com a coligação dos 27 países vencedores da Guerra 1914-1918. Teve a presença de 70 delegados desses países, que redigiram o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de Junho de 1919. O objectivo consistiu em determinar um novo mapa político da Europa, as indemnizações da guerra e a desmilitarização dos países vencidos, o que desagradou à Alemanha.
9. A Conferência, por proposta portuguesa, foi realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. O objectivo centrou-se na reorganização e na regulamentação da ocupação de África, resultou numa divisão que não respeitou nem a história, nem os povos, nem as suas relações. Nesta conferência foram discutidas seis questões fundamentais, de acordo com os interesses em presença: a liberdade do comércio na bacia do Congo e seus afluentes, matéria que era de interesse nacional; a proibição do comércio de escravos; a neutralidade dentro dos territórios que estavam na bacia do Congo; a livre navegação no Congo e no Níger, sem a qual não poderia haver comércio; as condições para novas ocupações no continente africano e, por último, a definição das ocupações já existentes entendidas como válidas. A 26 de Fevereiro de 1885, os 19 representantes dos 14 países presentes na Conferência assinaram o Acto Geral e, em Março seguinte, foi publicado em simultâneo com a *Convenção de Reconhecimento dos Limites de Acção da Associação Internacional Africana* e o *Livro das Propostas e Projectos* discutidos durante o encontro. Em nota de curiosidade: os Estados Unidos tinham, na África, a Libéria, mas haviam passado por uma guerra civil (1861-1865) há pouco tempo. A guerra estava relacionada com a abolição da escravatura naquele país, matéria que a Grã-Bretanha já tinha abolido, no seu império, em 1834.

164 com *segurança* e persistência (...). Com este fim precisamos traçar, nas suas linhas gerais, um plano de ocupação efectiva que, metódica e persistentemente, se execute, até chegarmos ao objectivo principal, a submissão do indígena, na sua forma prática e positiva – o pagamento do imposto de palhota. Tem Sua Excelência o Governador Geral como princípio assente que não há submissão, onde há recusa de pagamento de impostos e, portanto, tudo quanto as autoridades militares ou civis digam para fazer crer em submissão e pacificação exige confirmação do indígena com o pagamento da respectiva taxa de imposto; e será só quando tal se realize que o País acreditará na submissão do preto, que acreditará no trabalho do indígena e que portanto, reconhecerá que chegou o momento de entrar em acção o regime de administração civil» (Mattos, 1944c: 165-166).

A questão, porém, é mais complexa: como podia o autóctone pagar o imposto de palhota se o trabalho escasseava pelo interior? Uma *submissão* que não se esgotava na política da administrativa. Esta política de submissão era, não raras vezes, orientada por gente que havia sido degredada de Lisboa. Só Norton de Mattos acabou com as razões da queixa de Paiva Couceiro sobre os degredados¹⁰, e conta: «Quando em 1921, voltei para Angola, como Alto Comissário da República, pus como condição que não me mandassem para lá degradados e vadios. Um dia anunciaram-me que chegara um vapor com um carregamento desses indesejáveis. Determinei que não desembarcassem e que o navio saísse imediatamente do porto de Luanda, com destino a Lisboa. Acabou-se de vez com o encanto (...)» (Mattos, 1944c: 63). Porém, outros colonos, como afirmou este Alto Comissário, haviam dado razão a Portugal na conservação «em nosso poder, na triste data de 1884 a 1885, de uma grande parte dos territórios da antiga Angola, é sem dúvida alguma devido à arrojadíssima penetração dos comerciantes portugueses no interior de África» (Mattos, 1944c: 64). Deste modo, ligaram-se os interesses económicos aos interesses políticos.

10. «Condenados e vadios, paquete por paquete, em corrente contínua, despejam os tribunais do Reino sobre Luanda. Aí espera-os um regulamento, permitindo a situação de licença sob fiança e a diligência nos estabelecimentos e repartições do Estado e Câmaras Municipais, em Luanda ou em qualquer outro lugar da Província, quer dizer em situação que, praticamente, não difere da de indivíduos livres, – diz-nos Paiva Couceiro no seu admirável livro [Angola (Dois Anos de Governo, Junho 1907-Junho de 1909. Lisboa, 1910)]» (Mattos, 1944c, p. 63).

A prevenção ou as medidas de antecipação, base fundamental da *segurança* do Estado em matéria colonial, para além de exigirem um maior povoamento, dever-se-iam centrar no desenvolvimento industrial e comercial que, em 1939, segundo o jornal inglês *Times*, era «apoucado (...) [nas] nossas colónias [contém mapa explicativo]. O epistológrafo do *Times* diz que uma das causas do pouco progresso colonial é a falta de indústrias nas colónias» (Mattos, 1944c: 132). A intenção que estava na *carta* enviada a este jornal estrangeiro, para além de revelar a fraca capacidade de industrialização nacional que, como foi referido, vinha do passado, centrava-se na possibilidade de maior penetração estrangeira, o que colocava em causa a *segurança* nacional, a grande responsabilidade do Estado (Pinto, 2011: 47), com o possível descontrolo do território.

A cobiça pelas colónias portuguesas ganhou nova dimensão e consistência nos finais desta década de 1930. As pretensões da Alemanha acabaram por colocar em causa os interesses do Império Britânico, face à possibilidade de cedência de parte dos seus territórios africanos. Este facto levou a que a Inglaterra declarasse que «a existência de colónias não é essencial para uma nação, cuja formação se elaborou e cuja grandeza cresceu e se consolidou pelos séculos fora, sem para tanto, ter tido necessidade de territórios no ultramar. Carece, sem dúvida essa nação, de leis justas de emigração, de liberdades comerciais e económicas, de convenções monetárias, que permitam e facilitem o exercício das suas actividades em todo o mundo e a utilização da produção mundial em termos liberais, mas mais nada. Diga-se isto claramente (...). Recordei palavras, em páginas passadas impressas (...) o nobre sentir do *povo inglês* deseja, naturalmente, evitar uma guerra terrível (...)» (Mattos, 1944b: 167-168).

A Alemanha, porém, manteve os desígnios centrados nas aspirações à recuperação dos territórios coloniais que havia perdido em 1918.

4. As Estratégias Para a Segurança do Estado

O *projecto* de Vicente Varella Soares – constante no livro – divide-se em duas grandes partes: a primeira visa o «reabastecimento nacional»; a segunda perspectiva «o problema do fardamento do exército português na paz e na guerra». Na primeira parte está bem clarificada a posição de um oficial da administração militar, quando diz que «são

166 tantos os problemas que à Administração Militar interessam na organização económica e territorial, e tão ligados eles se encontram à vida da Nação, que o seu desenvolvimento corresponde ao estudo consciencioso de inúmeras questões» (Soares, 1939: 24). De resto, a importância da Administração Militar foi reconhecida ainda no tempo da Monarquia Constitucional. «Em 1869, passado um ano da criação do primeiro curso de SAM [Serviço de Administração Militar] na Escola do Exército, surge a DSAM com o objetivo de a tornar a especialidade independente nas suas ações. A DSAM teve um percurso atribulado em que nunca chegou a ter um carácter permanente ou uma independência vincada. Perdeu autonomia e passou para uma repartição do Ministério da Guerra em 1899. Em 1926, foi criada novamente com o objetivo de tratar todos os assuntos referentes ao pessoal do Serviço, à aquisição e contratos de fornecimento de víveres, ao supervisionamento dos órgãos a cargo do SAM e à fiscalização da gerência e da contabilidade de todos os conselhos administrativos» (Pragana, 2013: 48).

A legislação vigente no momento da publicação deste livro estava consignada pelo Decreto nº 16.407, de 19 de Janeiro de 1929, que manteve a Direcção da Administração Militar, incluindo duas Inspeções do Serviço Administrativo Militar e três repartições.

Embora a Administração Militar tivesse autonomia relativamente à Administração Pública, é-lhe hoje reconhecida uma «natureza interdepartamental (...) que se traduz, inicialmente, na participação de todos os órgãos de soberania (à excepção dos tribunais) na definição da Política de Defesa Nacional, bem como de órgãos de coordenação com competências específicas (...)» (Leitão, 2000: 443).

A matéria de reorganização militar tem maior relevo precisamente em Agosto de 1939, quando é apresentado um plano de preparação defensiva por Santos Costa a Salazar, com as «colocações de Unidades Militares, comprovando que no interior do gabinete da Guerra se desenvolvia previamente ao rebentar do conflito mundial uma estratégia de reajustamento de alguns pontos de defesa, tentando colmatar deficiências na questão reorganizativa» (Faria, 2000: 220). *Da Paz para a Guerra* foi escrito com uma sistematização que deixa perceber a complexidade crescente face à política internacional, apontando uma estratégia de desenvolvimento económico, de âmbito nacional, com as indispensáveis medidas necessárias para a segurança do futuro.

4.1. A Preparação Logística – o Estado e os Interesses na Estrutura Produtiva

167

Em termos da matéria logística, o subtítulo que Varella Soares deu ao livro – *Alguns Subsídios Para o Estudo da Mobilização Económico-Militar* – corresponde aos objectivos do seu trabalho, desenhando uma estrutura que manifesta, logo de início e de forma clara, uma metodização que possibilita a visão sobre a indispensabilidade do desenvolvimento nacional, com particularidade em Angola, através da agricultura e da pecuária com a respectiva industrialização e comercialização em benefício do Estado, do exército e da população. Em síntese, nos principais temas relativos à carência do «Reabastecimento Nacional», acentua-os na fundamental produção colonial objectivada às necessidades de guerra, à mobilidade e ao transporte e à inclusão da população nativa nos meios de produção. Neste último aspecto, não descure a reconversão adequada da uniformização das tropas locais e as características da sua alimentação. Estas matérias são desenvolvidas, de forma sintetizada, nos oito subcapítulos seguintes, tendo por preocupação a auto-suficiência do Estado, porque «estar à mercê do que os possíveis aliados nos queiram fornecer, com prejuízo evidente da economia nacional, sobrecarregada depois com dívidas de guerra de difícil liquidação» (Soares, 1939: 28).

No capítulo relativo ao aumento da produção agrícola, com vista ao abastecimento normal e com especificidade para a guerra, o autor refere o «açúcar, o café, o milho, o trigo, o arroz, o feijão, a batata, o linho, a lã, etc. etc.» como produtos que poderão fazer parte, totalmente, da produção nacional, bastando que existam na produção agrícola do Ultramar. Segundo o autor, relativamente à *metrópole* e à matéria destes produtos agrícolas e pecuários para o «reabastecimento nacional», deixava a ideia de que existia muito a desenvolver, ao afirmar «que apenas, e ao de leve, nos estamos referindo ao aspecto metropolitano da questão, isto é, à necessidade de abastecimento do exército português actuando nos teatros de operações da Europa (...) na parte respeitante ao Império será desenvolvido noutro capítulo» (Soares, 1939: 37).

Quanto à produção ultramarina, com um vastíssimo território de solos excelentes, «é necessário preparar, animar e proteger a produção colonial criando-lhe ambiente no mercado continental; preparando, pela concessão de determinadas facilidades aqueles dos portugueses

que nas colónias se pretendem estabelecer – e aí temos um dos grandes objectivos para que deveria tender o Commissariado do Desemprego –; animando, pela colocação fácil dos produtos coloniais em boas condições de preço e qualidade; protegendo, pela diminuição das tarifas alfandegárias e custo dos transportes» (Soares, 1939: 42-42).

O aumento da população vinda da *metrópole* e o aproveitamento da local, com a fixação à terra, seria uma solução para o desemprego nacional¹¹ que, passados dez anos, ainda não se recompusera da crise de 1929. Uma colonização voltada para o desenvolvimento das colónias e da *metrópole*, como pretendeu Norton de Mattos fazer entre 1912-1913, como foi referido, carecia de aumento da «população preta e branca (...), torná-la sadia (...) [e] não cortar as asas a ninguém, preto ou branco» (Mattos, 1944c: 131), de mobilidade e, por consequência, de transportes sendo que «o problema da frota mercante nacional apresenta-nos no presente momento [1939] perspectivas alarmantes» (Soares, 1939: 43). «Só 20% dos nossos navios mercantes possui menos de vinte anos de serviço» (Soares, 1939: 43). Desta carência de transportes resulta que «os números (...) [que] representam o comércio especial (...) [em] 1939, mostram bem quão apoucado é ainda o desenvolvimento comercial das nossas duas grandes colónias» (Mattos, 1944c: 131-132).

Se bem que o interesse político pelas colónias se fizesse sentir com as viagens oficiais do Chefe do Estado, existia «grave prejuízo para o intercâmbio entre continente e ultramar, as colónias portuguesas do Oriente, há já bastantes anos [que] não são visitadas pela bandeira nacional» (Soares, 1939: 43).

Mas é sobretudo com a exploração e industrialização das matérias-primas destinadas à indústria que o autor valoriza as colónias, afirmando, justificadamente, que superabundam, apontando com evidên-

11. «O Decreto nº 21.699 de 19 de Setembro de 1932, estabelece um organismo intitulado *Comissariado do Desemprego*, dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Em cada capital de distrito, excepto Lisboa, haveria uma delegação daquele comissariado, cujas atribuições seriam: fazer e manter actualizado o registo dos desempregados, providenciar e promover a rápida colocação desses empregados, nomeadamente em obras públicas (caso do Hotel Turismo na Guarda), recolher pedidos de emprego quer de entidades públicas, quer privadas (cf. art.º 9º do Decreto cit.). Estas *Delegações* articulariam os seus trabalhos com uma *Comissão de Auxílio aos Desempregados* de âmbito distrital, cuja organização caberia ao Governador Civil (art.º 11º, Decreto cit.)» (Arquivo Distrital da Guarda, http://www.adguarda.pt/loja/produto_detalhe.asp?productid=64&departmentid=33).

cia o caso do algodão e do sisal, isto para além do café, onde se inclui Timor. Porém, «sem a organização da frota mercante, será difícil o desenvolvimento» (Soares, 1939: 47).

O problema dos meios de transporte é referido no quarto subcapítulo desta primeira parte e, mais uma vez, sistematiza o seu raciocínio dando uma visão dos «transportes por estrada, por caminho-de-ferro, via fluvial, marítima e aéreos» (Soares, 1939: 52). Demarca, desde logo, que «durante a guerra, os transportes por estrada, utilizam-se sobretudo como subsidiários do Caminho de Ferro» (Soares, 1939: 53). Nesta matéria, faz uma apresentação sumária, mas suficiente clara, para se perceber a importância dos transportes na vida nacional da época, sobressaindo o caso da marinha mercante. E, com uma *visão estratégica* que se confirmaria mais tarde como fundamental para a ligação inter-territorial e como arma militar, afirmou que «a aviação comercial portuguesa está ainda em embrião. Citamos este processo de transporte, por ser um dos de maior futuro e maior emprego na guerra de amanhã» (Soares, 1939: 59).

O método, para o autor, «constitui uma das maiores virtudes na organização dos povos [porque] possuímos em elevado grau a grave deficiência de estudar tudo que se nos depara sob um aspecto abstracto, pouco nos ocupando a concretização das ideias, razão porque quase sempre submergem iniciativas que a princípio se nos apresentavam fecundas» (Soares, 1939: 63). Assim, no campo militar, a regulamentação do Serviço de Subsistências em campanha data de 1908, prevenindo «inúmeras formas de aquisição de recursos, contudo, as instruções para o Serviço de Intendência Francesa de 1933, reduzem os processos indicados pelo nosso Regulamento a quatro, a saber: Compras; Requisições; Presas de guerra; Contribuições de guerra» (Soares, 1939: 65). São matérias que o Coronel Varella Soares explicita, de modo preciso, em poucas páginas, demonstrando que lhe interessava a divulgação dos temas que reservava para estudo superior na hierarquia militar e na governação política.

Outra matéria que se considera de grande curiosidade centra-se na «população que não vai à guerra», havendo que dar consistência à utilidade funcional porque a «identificação da população com as necessidades para a campanha, de pouco servirá se lhe não fornecermos matéria prima» (Soares, 1939: 80). Na parte sobre a *estatística militar*, inclui os «seguintes capítulos: a) Número de habitantes;

- 170 b) Produção agrícola; c) Indústrias alimentares; d) Gado de açougue e de transportes; e) Subsistências em depósito; f) Combustível; g) Fardamento, vestuário e equipamento; h) Meios de transporte; i) Relação nominal dos produtos; j) Operários não sujeitos ao serviço militar; k) Informações económicas diversas» (Soares, 1939: 83-93). Continua a exposição com uma proposta de reorganização do reabastecimento militar, terminando com um «esquema de uma possível organização do serviço de Rearmamento Nacional» (Soares, 1939: 106-107).

4.2. «O Problema do Fardamento do Exército Português na Paz e na Guerra»

A segunda grande parte do livro dedica-se ao «Problema do Fardamento do Exército Português na Paz e na Guerra». É uma matéria de grande interesse pela articulação permanentemente coerente entre os interesses da Metrópole e do Império, centrados no desenvolvimento nacional. Divide-se em «Considerações gerais; Necessidade de unificação do fardamento do soldado português; Os recursos metropolitanos e ultramarinos e sua capacidade produtora e transformadora; De como se deverá funcionar o serviço de fardamento» (Soares, 1939: 109-137), marcando alguma curiosidade o facto do *fardamento* se encontrar em dois subcapítulos separados. Na leitura compreende-se que não existe algum ressaltado, porque a ligação é feita através da produção das principais matérias-primas que entram na confecção dos fardamentos. Sobressaem da articulação entre a produção das matérias-primas e da industrialização, quer na *metrópole*, quer no *ultramar*, quatro pontos principais, que o autor tem o cuidado de *escalonar* em síntese: «1º) Desenvolvimento ao máximo da cultura algodoeira nas colónias portuguesas de África pelo envio de técnicos, selecção de sementes e aumento de produção indígena¹². 2º) Produção metropolitana de tecidos de algodão condicionada aos interesses militares, pelo estudo de um

12. «Não tem conta as noções erradas que vão correndo mundo e que, enraizadas no nosso espírito, nos levam a ser injustos. Uma delas, e que de perto nos toca a nós, portugueses, como velha nação colonial que somos, é a convicção que quase toda a gente partilha, de que o preto de África é, por natureza, um preguiçoso. (...) Nas sessões 12ª e 14ª da Conferência Internacional do Trabalho, realizadas em Genebra, em 1928 e 1930, virou-se e revirou-se este caso da indolência do preto e da sua aversão ao trabalho. Li as longas actas das sessões, tomei conhecimento das opiniões apresentadas e das conclusões a que se chegou, e fiquei com a impressão que nenhum dos ilustres componentes daquela assembleia conhecia a fundo a alma do preto» (Mattos, 1944b: 29 e 292).

tecido único, envolvendo técnica de tinturaria, possibilidades de laboração máxima e preparação cuidada de trabalho feminino¹³. 3º) Auxílio à indústria de curtimenta colonial, com estudo detalhado da sua técnica que envolvesse possibilidades de aquisição e capacidade laborativa máxima. 4º) Estudo seguro na Metrópole dos locais de concentração de gado lanígero e aproveitamento de indústria transformadora (...), estabelecendo tipos de produção uniformes» (Soares, 1939: 136-137). Com estes objectivos confirma-se a preocupação do autor fazer um «estudo essencial de preparação para a guerra» (Soares, 1939: XVII), porque sendo «Senhores de um enorme Império, no momento em que a cobiça alheia para todos os pontos lança olhares, temos a obrigação primeira de por ele tudo fazermos que útil seja à sua defesa» (Soares, 1939: 114). Pensamento que na época tinha a maior relevância, tendo em conta o ano da publicação deste livro e os interesses que estiveram presentes no passado, quer os ligados à Primeira Guerra Mundial, quer os da «ocupação com nomenclatura territorial estrangeira»¹⁴ e, ainda,

13. O trabalho feminino viria a ter a máxima importância durante a Segunda Guerra Mundial, dando um estatuto de igualdade do género no trabalho industrial nos países da Europa e da América (Pinto, 2010).

14. «À minha chegada a Angola tive conhecimento que ao Huambo tinha sido dado, nunca cheguei a saber por quem, o nome de *Pauling town*, isto é, *cidade Pauling*. Várias cartas vinham já dirigidas de Inglaterra para *Pauling town*, Angola. Era então Mr. Pauling, ou a sua firma, o empreiteiro da construção do Caminho de Ferro. Dei ordem aos correios de Província para devolverem à procedência tal espécie de correspondência, com a indicação de *destino desconhecido*, e pus-me a estudar a fundo o caso de Huambo» (Mattos, 1944a: 125). Norton de Matos procurou «nos pobres mapas e cartas de que então dispunha (e pouco melhores são os que hoje existem» (Mattos, 1944a: 126), qualquer coisa que lhe sugerisse um nome e só encontrou a referência a um pequeno Forte do Huambo (Cabral Moncada, criado por Portaria nº 431, de 20/09/1903), onde se tinham praticado feitos heróicos. Este forte «não se avistava do local da estação», porque ficava a cerca de 2 quilómetros de distância. O Forte do Huambo constituía-se como uma central de comunicações com uma admirável situação geográfica, possibilidades de exploração económica e de posicionamento estratégico militar. O aproveitamento destas condições levou a que fosse uma Central Ferroviária, com as grandes oficinas do caminho de ferro de Benguela, ao qual foi dada o nome da cidade, por Diploma Legislativo 8 de Agosto de 1912. Logo a seguir à criação da cidade do Huambo, «a Portaria Provincial 1086, de 21 de Agosto de 1912, proibiu a construção de casas de adobe, pau-a-pique ou outros materiais semelhantes» (UCCLA, s.d.).

172 os que se estavam a revelar no campo diplomático dos primórdios da Segunda Guerra Mundial¹⁵.

Este período da história do Estado Novo teve sérias dificuldades, sobretudo a nível político, de onde ressalta a acção diplomática e, consequentemente, deu origem a problemas do nível económico e social. Dissimulando esta situação, surgiram diversos enaltecimentos à acção do Estado Novo, uns de carácter propagandístico, outros de cunho individual. Dos primeiros, torna-se relevante a *1ª Exposição Colonial do Porto*, em 1934, com um arquétipo semelhante às exposições realizadas em Marselha (1922), em Antuérpia (1930), e, como se referiu, em Paris (1931). Dos de carácter individual, existem numerosos exemplos, como a publicação de alguns livros dos quais se destaca *O Profeta do Portugal Novo*, escrito por João Mendes, o *poeta monárquico*, onde sobressai uma alegoria de âmbito rural, tão a gosto da ideologia do Estado Novo.

«Destruir é coisa fácil,
mas vão lá dizer à mó
que torne a grão de semente
o trigo que fez em pó»
Mendes (1939: 18)

15. «O Times, de 7 de Outubro deste mesmo ano de 37 [1937], publica uma carta, assinada por quatro ingleses, em que se chama a atenção para o discurso de Herr Hitler, em Nuremberg, e para a entrevista dada pelo sr. te Water no Canadá, frisando-se a proposta do Alto Comissário da União da África do Sul, em Londres, para se reunir sem demora uma conferência de nações, onde se examine a questão das colónias alemãs. Para que a iniciativa do sr te Water possa ter seguimento julgam os signatários da carta que duas condições são necessárias: - Em primeiro lugar, os nativos da África sofrer nos seus interesses, em consequência de qualquer solução a apresentar. É edificante ver os cuidados que merecem a estes distribuidores de territórios africanos, os interesses dos indígenas (...). - A segunda condição consiste em estabelecer igualdade de administração nas colónias africanas. Nas colónias, porque os domínios ficam à parte (...). Conseguir-se-á este duplo fim, passando a Alemanha, em *regime de mandato*, algumas, senão todas, das suas antigas colónias, colocando sob *idêntico regime* uma parte equivalente das colónias que outras nações, isto é, a Inglaterra, a França, Portugal e a Bélgica, possuem em África. A Alemanha passaria a administrar, sob regime de mandato, digamos, a antiga África Oriental alemã, o Camarão e Togo, e, nas colónias das quatro nações referidas, seriam talhadas zonas de área igual ao total de mandatos com que a Alemanha ficaria, zonas que constituiriam mandatos dos seus antigos possuidores. Era a extensão do regime de mandatos a territórios africanos iguais, no total, a quatro vezes a área das antigas colónias alemãs, a entregar à Alemanha sob esse regime!» (Mattos, 1944b: 164-165).

Neste capítulo, o realismo de Vicente Varella Soares encontra-se sempre presente, desde a necessidade do vestuário militar até à estratégia para o funcionamento do serviço militar. Começa por constatar que, «como a alimentação, o vestuário é das mais exigentes necessidades do homem civilizado» (Soares, 1939: 113) e por se queixar das «complexas secretarias e documentos, que aos oficiais de administração militar pouco tempo sobra geralmente para tratarem da sua finalidade principal de colaboradores eficazes e preciosos na preparação da guerra» (Soares, 1939: 113). A primeira questão que levanta é se haverá alguma vantagem na «diversidade de padrões de uniformes (...) tanto para a Metrópole, como para o Ultramar» (Soares, 1939: 115); a segunda centra-se em saber os recursos e a última refere-se ao funcionamento dos serviços de fardamento na *zona da frente* e da *retaguarda*.

Fez sobressair a necessidade de um fardamento único que se adaptasse à cor da terra ultramarina, porque a «natureza argilosa dos terrenos e a luminosidade dos raios solares, contrastam de tal forma com o tom cinzento, que a sua utilização proporcionaria uma visibilidade traiçoeira e perigosa» (Soares, 1939: 120). As condições que se verificaram, no Niassa, durante a Primeira Guerra Mundial foram reveladoras da *espécie de camuflagem* que as tropas encontraram. «Os soldados vestem a camisola *caki* das tropas inglesas; sente-se a próxima imitação da milícia inglesa» (Selvagem, 1925: 67). Porém, a diversidade entre o cinzento e o amarelo torrado, que começou a ser utilizado pelas tropas coloniais portuguesas, poderia ser evitado ficando com um único uniforme, poupando-se em custos económicos e na diversidade escusada entre a Metrópole e as colónias. Segundo o autor, «existe uma diversidade de fardamentos desnecessária (...) porque no nosso país pouco ou nada se tem estudado a questão e, a não ser a alteração por vezes desnecessária dos planos de uniformes criando, não novos tipos mas apenas novas modas, o fardamento do exército continua subordinado a dois padrões distintos com prejuízo considerável para a economia nacional em caso de guerra, e para o serviço militar em todos os momentos» (Soares, 1939: 121). A sua experiência à frente da «directão vai para quatro anos de um estabelecimento fabril no Ultramar, [permite dizer que] são razões suficientes para afirmarmos a deficiência actual do fardamento do soldado português na Metrópole como nas colónias» (Soares, 1939: 121).

Vicente Varella Soares lançou também uma crítica ao fardamento da tropa africana, afirmando que «deixaram-lhes lamentavelmente a perna e o pé descobertos, esquecendo que uma grande parte, se não a maior, das enfermidades dos indígenas de África, se localiza exactamente nos membros inferiores, proporcionando-lhes deformidades que os incapacitam dos serviços militares» (Soares, 1939: 123).

A acentuada defesa sobre um fardamento unificado, para além das razões económicas, prendia-se também com o incentivo e racionalização da indústria, incluindo o controlo da qualidade. Sobre esta matéria retém-se, do passado, como exemplo, o caso de um pelotão de «infantaria montada» no Niassa, em que, «para cúmulo, todos os arreios fornecidos, novinhos em folha, eram miseravelmente falsificados, na matéria prima, nas dimensões, na conformação – as abas do selim não comportando o joelho, as rédeas estalando, as duas, ao menor esticão, o estribo de ferro não permitindo a entrada da patorra dos meus bisonhos infantés» (Selvagem, 1925: 117).

Do livro do Coronel Varella Soares ressalta uma proposta vantajosa em se criar um desenvolvimento articulado entre Angola e a *metrópole*, referindo a vantagem de se criar uma indústria têxtil com o aproveitamento da produção lanígera da *metrópole* e, especificamente em Angola, para além da criação de gado, a indústria de curtimenta «condicionada aos interesses militares» (Soares, 1939: 137) de forma a dar-se «um desenvolvimento interessante da indústria nacional» (Soares, 1939: 137).

Por fim, relativamente a «como deveria funcionar o serviço de fardamento» (Soares, 1939: 139), sistematiza-o em duas situações: no tempo de paz e no tempo de guerra.

Para a primeira aponta uma racionalização dos meios, como o controlo da produção e *estatísticas actualizadas* e o conhecimento da distribuição da população, a especialização do trabalho feminino com o objectivo de suprir as necessidades oriundas da incorporação militar dos homens e o estudo das vias de comunicação para uma «preparação efectiva da economia nacional para as vicissitudes de uma campanha». Faz sobressair que «o serviço de fardamento em tempo de paz, se encontra actualmente organizado no Império Português com a característica apenas da manufactura e distribuição, não lhe cabendo a função primordial do estudo da produção de matérias-primas. Na Metrópole, apenas as Oficinas Gerais de Fardamento e calçado (execução de fardamento) e o Depósito Geral de Fardamento (distribuição de fardamento)

se ocupam do fardamento das praças. Nas colónias de Angola e Moçambique, os depósitos de fardamentos, com sede em Luanda e Lourenço Marques [actual Maputo], centralizam a confecção e distribuição, reunindo num único elemento as funções que em Portugal pertencem aos dois organismos. Será suficiente?» (Soares, 1939: 145).

Em tempo de guerra, a questão principal centra-se na importância acrescida dos transportes, dado que a guerra nesta altura não se circunscreve a uma região mas a um território que, no caso de África, tem grandes extensões e carece de «uma forte organização tendo em vista ofensivas por quaisquer fronteiras» (Soares, 1939: 148). Por outro lado, existe o «gravíssimo problema da localização dos comandos em tempo de paz [estarem] no litoral das Colónias (...). [No caso de Angola, deveria] a direcção superior dos serviços militares (...) estar situada na zona central, de aí exercendo um domínio perfeito em todos os sentidos» (Soares, 1939: 150-151).

Varella Soares estabeleceu, de seguida, um plano de reabastecimento através da via férrea ou de *comboios automóveis*, em função dos meios existentes segundo as direcções geográficas, os entrepostos, as dotações normais e as reservas dos fardamentos.

Conclui afirmando o «papel importantíssimo que esta questão do fardamento possui na vida dos exércitos em operações, papel esse que ninguém poderá negar». Só perto do final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, o então Tenente-Coronel Júlio Botelho Moniz, em *Conduta das Operações Coloniais*, voltará a referir, de forma breve, a importância do fardamento «com materiais apropriados às exigências do clima e do terreno» (Moniz, 2007: 75).

Na verdade, passada a Segunda Guerra Mundial sem terem sido as colónias directamente afectadas, com a excepção de Timor, a Guerra Colonial viria a dar-lhe razão relativamente aos meios e a toda a logística, excepto quanto à posterior cor do fardamento que, tecnicamente mais avançado, depois de experimentado durante a última Guerra Mundial, passou da cor *caki* a *camuflado*.

Conclusão

Da Paz Para a Guerra. Alguns Subsídios Para o Estudo da Mobilização Económico-Militar apresenta-se, como foi referido, com uma dualidade interpretativa. Por um lado, porque, sendo de uma simples

176 leitura, leva o leitor a seguir o raciocínio do autor pensando o texto como um relatório opinativo, o que não é; por outro, acaba por ser complexo porque, para a sua compreensão, requer a necessidade de se conhecer o contexto político, económico e social da época em que foi escrito.

A proposta de desenvolvimento na articulação dos interesses entre a Metrópole, capital do Império, e o Império, com especificidade no caso de Angola, tem a maior pertinência nos contextos anteriormente referidos. A penetração da indústria e das infra-estruturas para o interior de Angola levaria esta colónia a tomar o desenvolvimento que só encontrou com a Guerra Colonial, apresentando-se nos finais deste conflito com capacidade de autonomia económica.

Tudo indica que seria adepto do Estado Novo na altura da publicação do livro, mas não há certeza de que tenha sido sempre assim. Tem-se a certeza, sim, de ser um conhecedor das potencialidades económicas de Angola e, com o sentido de «engrandecer o Estado», da necessidade de criar uma estratégia política para as desenvolver. Um Estado que, na sua totalidade, era dirigido por um *chefe* cuja falta de interesse político no desenvolvimento ultramarino desaproveitou a capacidade de miscigenação do seu povo, deu origem a circunstâncias de afrouxamento do desenvolvimento das populações nativas, a uma emigração que, à época, se voltou para a América do Sul e a um capitalismo de origem metropolitana que em nada ajudou o desenvolvimento até 1961 e que, nesta altura, se agravou com as posições anticolonialistas de interesses ocupacionistas internacionais. E, assim, colocou em causa a *segurança* de todas as populações e do próprio Estado.

Bibliografia

- Aragão, F. (1926). *Tropas Negras: As Forças Ultramarinas na Defesa Nacional*. Lisboa: Ed. do autor.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Becker, H. (2002). *Les Ficelles du Métier*. Paris: Éditions La Découverte & Syros.
- Delgado, H. (1933). *Da pulhice do "homo sapiens". Da monarquia de vigaristas pela República de bandidos – à ditadura de papa*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes.

- Digneffe, F.; Albarello, L.; Hiernaux, J.-P.; Ruquoy, D.; Saint-Georges, P. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Elias, N. (1991). *A Condição Humana*. Lisboa: Difel.
- Faria, T. (2000). *Debaixo de Fogo. Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- GEPB [Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira] (1960). "Ribeiro Lopes (Artur)". *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, vol. 25, pp. 624-625.
- UCCLA [União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas] (s.d.). *Breve História*. Online: <www.uccla.pt/membro/Huambo> (referência de 02-06-17)
- Leal, E. (1994). *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Leitão, A. (2000). "A Administração Militar". In: C.B. Morais, A. Araújo & A. Leitão, *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, pp. 439-527.
- Lopes, A. (1939). *Histoire de la République Portugaise*. Paris: Les Œuvres Françaises.
- Madureira, A. (1978). *O 28 de Maio. Elementos para a sua compreensão. I – Na Génese do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Malato, M.L. (2009). *Manual Anti-Tiranos. Retórica, Poder e Literatura*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Matos, L. (1973). *Investimentos Estrangeiros em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.
- Mattos, N. (1944a). *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial Lda.
- Mattos, N. (1944b). *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial Lda.
- Mattos, N. (1944c). *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. III. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial Lda.
- Medina, J. (1977). *Salazar em França*. Lisboa: Ática.
- Mendes, J. (1939). *O Profeta do Portugal Novo*. Lisboa: Edições Europa.
- Moniz, J.B. (2007). *Visões Estratégicas do Final do Império. Conduta das Operações Coloniais – 1944. Lições de Estratégia – 1953*. Lisboa: Tribuna da História.
- Monteiro, A. (1933a). *Para uma Política Imperial: Alguns Discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- 178 Monteiro, A. (1933b). "Notabilíssimo Discurso de S, Ex^a o Snr. Ministro das Colónias na Reunião Inaugural do Congresso do Instituto Colonial Internacional". *Boletim da Sociedade Luso Africana*, nº 5.
- Neto, D.R. (1933). *Doa a Quem Doer*. Lisboa: Livraria Tavares Martins.
- OMP [O Mundo Português] (1939). "A Viagem do Chefe do Estado às Colónias de Moçambique e Cabo Verde". *O Mundo Português*, vol. 6, nº 66, pp. 211-214.
- Nogueira, F. (1986). *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Pinto, M. (2010). *Transporte Aéreo e Poder Político, sob o Signo do Império*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Pinto, M. (2011). *Segurança. Perspectivas para uma Sociologia da Acção*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Pragana N. (2013). *Serviço de Administração Militar: Emergência, História e Desafios de Gestão de uma Especialidade do Exército Português*. Online: <comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7636> (referência de 02-06-17).
- Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores (Vol. 7 da *História de Portugal*, coordenada por José Mattoso)
- Salazar, A.O. (2007). *Como se Levanta um Estado*. Lisboa: Atomic Books.
- Santos, M. (1998). *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Online: <<http://www.reocities.com/Athens/troy/4285/ensino.html>> (referência de 29-06-11).
- Selvagem, C. (1925). *Tropa D'África. "Jornal de campanha de um voluntário ao Niassa"*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- SPN [Secretariado da Propaganda Nacional] (1942). *O Império Colonial Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Soares, V. (1935). "Um homem, um chefe". *O Mundo Português*, vol. 2, pp. 385-393.
- Soares, V. (1939). *Da Paz Para a Guerra. Alguns Subsídios Para o Estudo da Mobilização Económico-Militar*. Luanda: Oficinas da Imprensa Nacional de Angola.
- Telles, S. (1887). *Introdução Ao Estudo dos Conhecimentos Militares*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Torgal, L.R. & Silva, A.M. (1996). "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um Diário". In: A.H.O. Marques, A. Opitz & F. Clara (coord.), *Portugal, Alemanha, África: Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão. Lisboa, 1995*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 99-138.